



DOI: <http://dx.doi.org/10.22484/2177-5788.2017v43n2p309-326>

Competência midiática e cidadania digital: reflexões teórico-metodológicas

Lyana Virgínia Thédiga de Miranda

Luiza Monica Assis da Silva

Resumo: Neste artigo, propomos uma reflexão sobre o processo mídia-educativo e o seu potencial como promotor da cidadania digital, tendo como perspectiva as características socioculturais da sociedade contemporânea. O artigo primeiro traça um panorama da mídia-educação, seus desafios e potencialidade no âmbito da cultura digital; após, apresenta o conceito de competência midiática e sua relação com o desenvolvimento da cidadania digital e, por fim, apresenta algumas considerações para a aplicação da perspectiva mídia-educativa no interesse de pesquisa ação em andamento em uma comunidade da periferia de Brasília. Buscamos, com essa revisão, contribuir com a criação de um quadro teórico-metodológico que embase outras pesquisas situadas na interface comunicação-educação.

Palavras-Chave: Comunicação. Comunicação comunitária. Competência midiática. Cidadania digital. Mídia-educação.

Media competence and digital citizenship: theoretical-methodological reflections

Abstract: This article proposes a reflection on media education process and its potential as a promoter of digital citizenship, taking into account the sociocultural characteristics of contemporary society. First it outlines a panorama of the media education, its challenges and potential in the digital culture. Then, presents the concept of media competence and its relationship with the development of digital citizenship. Finally, presents some considerations for the application of the media-educational perspective in the interest of action research in progress in a community in the periphery of Brasília. This review seeks to contribute to the creation of a theoretical-methodological framework that bases other research located in the communication-education interface.

Keywords: Communication. Community communication. Media competence. Digital citizenship. Media education.

Introdução

Nos últimos anos, o aumento crescente do uso das tecnologias digitais tem incitado uma reestruturação da ordem social, na qual as formas de comunicação e a circulação de informações representam um papel fundante no estabelecimento de novos paradigmas. Entre os principais argumentos, está a ideia de que vivemos um momento de convergência – tecnológica, digital, midiática, mas também social e cultural, conforme Jenkins (2009) e Martin-Barbero (2014). Em seu sentido mais comum, essa junção vem amplamente associada à imagem de colaboração e compartilhamento de ideias, conhecimentos e realidades. Nesse entrelaçamento entre consumidores e produtores midiáticos, segundo Jenkis et al. (2016), ressaltam-se as possibilidades de expressão criativa, de novas e dinâmicas formas de aprendizagem (formal e informal) e, sobretudo, de engajamento democrático e cidadão.

Mas, ao ponderarmos as nuances que marcam interesses, necessidades, contextos, bem como as discrepâncias entre acessos e as habilidades no uso das tecnologias digitais, percebemos que a participação – conceito-chave na ideia de convergência midiática, conforme Jenkis (2009), – não é homogênea, nem se dá de modo irrestrito. Com isso, é possível questionar: somente a manipulação técnica e as habilidades empregadas na produção de vídeos, textos e na circulação dos conteúdos são suficientes para a criação de uma comunicação comprometida com as diversas realidades socioculturais? Será que ao produzir conteúdo somos capazes de interpretar, valorar, selecionar e apreender ativamente o “todo” midiático – imbuído de relações e interesses culturais, sociais, políticos, comerciais e econômicos? Até que ponto podemos considerar que essa produção se converge em um saber-fazer midiático crítico? Essa participação é o bastante para que nos tornemos cidadãos? O que significa, no contexto da digitalização da comunicação, propor uma abordagem cidadã de produção e disseminação de conteúdos midiáticos?

Diante de tais indagações, o presente artigo busca, a partir da abordagem mídia-educativa, refletir sobre a cidadania digital. De acordo com Sodré (2006) e Bustamante (2010), historicamente o conceito de cidadania esteve relacionado com o espaço físico política e democraticamente compartilhado por meio do diálogo, a polis. No cenário contemporâneo, no qual a comunicação se pauta pela mobilidade e velocidade de um ambiente digital reticular e auto-organizado, os limites tradicionais do espaço público se alargaram, lançando a necessidade de repensarmos o conceito de cidadania, o que nos desafia a expandirmos os direitos a fim de que se possa garanti-los.

Para Bustamante (2010), refletir sobre o conceito de cidadania no âmbito do cenário digital permite compreendê-lo a partir de uma perspectiva mais multidisciplinar, o que inclui o campo da Comunicação. Dentro das possibilidades de conservação da comunicação unilateral de massa, e das oportunidades de participação e colaboração no seio da convergência das mídias, a cidadania pode adquirir, conforme Bustamante (2010), dois caracteres possíveis: o de. No modelo comunicativo, a hipocidadania caracteriza-se pela centralidade do emissor e, como consequência, pela afirmação do poder das instituições e pela dominação dos cidadãos. Para o autor, isso significa

[...] a eliminação paulatina da consciência cidadã por meio de várias dinâmicas políticas: aumento do controle social; expansão da informática por padrões proprietários; monopolização dos padrões de hardwares, softwares e padrões de comunicação; promoção de um uso simplesmente lúdico das TIC (incluindo a expansão do setor dos consoles e dos videogames); fomento de um uso superficial e não comprometido das redes sociais virtuais etc. (BUSTAMANTE, 2010, p. 17).

Já a hipercidadania é caracterizada pela participação política que, na perspectiva da comunicação, se configura no modelo reticular da comunicação, no qual todos são produtores e, a um só tempo, consumidores de informações. Nesse sentido, Bustamante (2010) considera que a hipercidadania pode ser vista igualmente como uma cidadania digital, sobretudo pela possibilidade de subverter a atitude doutrinadora, manipuladora e contemplativa do modelo anterior.

Assim, conforme Bustamante (2010), a cidadania digital é composta pelos seguintes elementos: apropriação social da tecnologia, o que supõe um uso de relevância social; a utilização consciente do impacto das tecnologias digitais sobre a democracia, visando novas formas de democracia participativa; expansão de uma “quarta geração” de direitos humanos, o que significa promover o acesso irrestrito e global aos meios de comunicação e à rede abertas (*open spectrum*), à livre difusão de ideias e crenças, bem como ter voz no desenho de tecnologias que afetam nossas vidas; promoção de políticas de inclusão digital, expandindo entendimento de inclusão para além do simples acesso e compra de produtos e serviços de informática, mas englobando o processo de criação de uma inteligência coletiva para que esta seja um recurso estratégico de inserção de uma comunidade ou um país em um ambiente globalizado; desenvolvimento criativo de serviços de gestão pública digital que aproximem os governos dos assuntos públicos dos cidadãos; defesa do conceito de (bens comuns), conservando a produção de bens e conhecimento humanos que não estão submetidos às leis do mercado; a extensão da luta contra a exclusão digital e outras exclusões históricas de caráter cultural, econômico, territorial e étnico que ferem, na prática, o exercício de uma plena

cidadania; a proteção frente ao exercício de biopoder, ou políticas de controle e às atividades das instituições de vigilância social potencializadas por um uso institucional das TIC e, por fim, aposta no software livre, no conhecimento livre e no desenvolvimento de múltiplas formas de cultura popular, com o objetivo de consolidar uma esfera pública interconectada.

No sentido proposto por Bustamante (2010), a compreensão de cidadania digital está ligada ao uso responsável das tecnologias e mídias digitais e à participação no ecossistema digital – ou, no dizer de Martín-Barbero (2014), um ecossistema comunicativo – que se constitui como um “exercício criativo de cidadania digital” (BUSTAMANTE, 2010, p. 33). No interesse desta reflexão, esse conceito se alarga para incluir o desenvolvimento de competências midiáticas indispensáveis para a criação participativa de novos padrões comunicativos em ambientes socioculturais e educativos complexos, conforme Amor Pérez e Delgado (2017); Borges e Sigiliano (2017); Aguaded, 2017; Miranda e Fantin (2017) e Ferrés e Piscitelli (2015).

Para tanto, é necessário, também nos ambientes informais e no interesse da comunicação comunitária que, segundo Pretto (2013), se proponha um uso ativo das tecnologias pautado no protagonismo dos sujeitos, na ação solidária e na inclusão digital da comunidade, inserção essa compreendida numa perspectiva alargada de formação para a cidadania. Como aponta Peruzzo (2000), o entrelaçamento da educação com a comunicação que é construída em processos de educação informal – organizações não- governamentais (ONGs), coletivos e movimentos sociais – tem se amparado na educação popular e em modelos dialógicos e participativos na promoção de ações de desenvolvimento social nas comunidades.

Com esse foco, nosso interesse é discutir sobre como a perspectiva mídia-educativa pode fomentar o conjunto de competências midiáticas e articulá-las na construção desse novo *status* de cidadania em um cenário informal de aprendizagem. Para tanto, partimos do pressuposto que o arcabouço teórico-metodológico e prático da mídia-educação – que têm na postura crítica, na prática-reflexiva e na disposição colaborativa com as tecnologias e mídias digitais, conforme Rivoltella (2012) e Fantin (2006), sua possibilidade de legitimação – favorece o desenvolvimento das competências midiáticas que auxiliam na constituição do entendimento de cidadania ativa no cenário contemporâneo.

Inserido no interesse de uma investigação coletiva, Silva (2017), em artigo intitulado A comunicação como moeda de troca? O papel da comunicação organizacional comunitária na promoção dos serviços financeiros solidários¹, busca contribuir com a debate sobre os desafios

¹ Projeto submetido à seleção pública de propostas de pesquisa científica, tecnológica e inovação – Demanda espontânea, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF).

enfrentados na implementação da comunicação organizacional comunitária do Banco Comunitário da Cidade Estrutural. O Banco Comunitário é um projeto do Movimento de Educação e Cultura da Cidade Estrutural (MECE), uma ONG que nasceu do ativismo de moradores da Cidade Estrutural, pela melhoria da qualidade de vida e acesso a serviços básicos desta comunidade, detentora do pior Índice de desenvolvimento Humano (IDH) do Distrito Federal. Seus principais fundadores participaram do movimento de resistência e luta pelo direito à moradia daquela comunidade. A ONG conta com a ajuda de ativistas sociais e a parceria de professores universitários, em sua maioria, voluntários todos atuando baseados nas premissas da educação popular.

Com base em um estudo empírico prévio, sabe-se que o Banco Comunitário coloca-se como uma forma de comunicação com a comunidade da Cidade Estrutural e que as do modelo adotado podem resultar na inviabilidade da iniciativa por não conseguir desenvolver competências midiáticas e propor ações de mídia-educação com os públicos da organização. Cabe ressaltar que as Coordenadoras da ONG e ativistas sociais da comunidade veem o MECE, e principalmente o Banco Comunitário, como uma forma de comunicação e diálogo sobre os problemas da comunidade, uma espécie de “ágora” que fomenta a participação política e a cidadania participativa. Entretanto, por escassez de recursos a comunidade não consegue estruturar uma comunicação organizacional com seus diferentes públicos.

Nesse cenário, entendemos que a apropriação crítica das mídias e a expressão criativa por meio da produção que se baseia no fomento da competência midiática, pode auxiliar na construção de uma intervenção social, expressão cultural e comunicação significativa com a comunidade por meio da mídia-educação.

Com o intuito de realizar uma revisão teórico-metodológica que embase as ações mídia-educativas no interesse da comunicação organizacional comunitária da pesquisa em questão, visando a cidadania digital, o artigo se organiza do seguinte modo: primeiro traça um panorama da mídia-educação, seus desafios e potencialidades no âmbito da cultura digital; após, apresenta o conceito de competência midiática e sua relação com o desenvolvimento da cidadania digital e, por fim, traça algumas considerações sobre a importância da perspectiva mídia-educativa na construção da cidadania digital de modo situado, ou seja, considerando-se sempre o contexto. Buscamos, com essa revisão, contribuir com a criação de um quadro teórico-metodológico que embase outras pesquisas situadas na interface comunicação-educação voltadas para as organizações populares sem fins lucrativos.

(Re)Pensar a mídia-educação na era digital: transformação de cenários em mudança

No cenário mundial, a importância da mídia-educação e a sua relação com práticas de cidadania foi apresentada, de modo organizado e sistematizado, por Bévort e Belloni (2009), na Declaração de Grünwald sobre a Educação para os Media. Apesar de ser considerado um marco, no Brasil, o percurso histórico da mídia-educação se situa na adoção de propostas pedagógicas com inspiração construtivista baseadas, principalmente, segundo Belloni (2012), nas concepções de Paulo Freire e Célestin Freinet, que datam de meados dos anos de 1960. Amparada em preceitos da pedagogia crítica, as primeiras propostas mídias-educativas buscaram, sobretudo, a transformação social.

Segundo Belloni (2012), por meio de uma formação emancipatória voltada principalmente para uma recepção crítica – em tempos nos quais a produção midiática não era tão simples ou acessível –, tais ações traziam elementos para que os sujeitos pudessem, por exemplo, se posicionar contra a repressão e o uso dos meios de comunicação tomados como instrumentos do regime ditatorial, consumindo os conteúdos midiáticos de modo analítico e promovendo uma apropriação e produção reflexivas.

Daquele período inicial para os dias atuais, percebemos que o entrelaçamento da comunicação comunitária e da educação popular, que ampararam as primeiras práticas mídia-educativas, além da perspectiva crítica, mantém a necessidade de se buscar constantemente a afirmação da comunicação como um direito fundamental. No contexto digital, isso significa promover o acesso às tecnologias incentivando a produção midiática e a disseminação de conteúdos nas diversas plataformas e nas variadas linguagens, mas sempre estimulando a participação crítica dos sujeitos. Nesse sentido, segundo Belloni (2012) e Fantin (2011; 2012), a mídia-educação mantém, desde às primeiras ações até hoje – um cenário em constante mudança –, seu objetivo geral que é o de educar para a cidadania.

Fantin (2011, p. 29) enfatiza que as dimensões que caracterizam a cidadania na perspectiva da mídia-educação abarcam: a cidadania política, a cidadania social, a cidadania cultural e o direito civil, e conclui que:

De um lado a mídia-educação pode chamar a atenção da sociedade civil e dos poderes políticos aos valores da cidadania, e de outro, através da sua especificidade, a mídia-educação contribui para construir essa mesma cidadania. Educar para a cidadania na escola envolve inclusão, trabalho transversal entre as disciplinas, cooperação, desenvolvimento de identidades complexas, interação com o território, pertencimento ao contexto local, nacional e global.

Nesse movimento de arquitetar a cidadania através da produção-reflexiva de mensagens midiáticas que, a um só tempo, reforçam as características culturais e amplificam a visibilidade de determinada comunidade, o trabalho mídia-educativo busca, também no panorama contemporâneo, o desenvolvimento de capacidades comunicativas demarcadas pela crítica e pela criação de envergadura cultural voltadas para a cidadania. Como define Fantin (2011), ao propor-se como um campo metodológico de práticas-reflexivas, e por isso mesmo em constante (re)configuração, a mídia-educação se constitui como uma ação educativa que visa a transformação ao entrelaçar educação, cultura e cidadania.

Atualmente, as pesquisas nacionais que se situam na interconexão da comunicação com a educação, que buscam uma formação cidadã a partir do campo da comunicação, se caracterizam por propor atividades práticas com as mídias, seja no contexto da educação formal quanto no informal. Em um levantamento sobre as investigações realizadas nessa interface nos últimos cinco anos², é possível perceber que elas se constituem, sobretudo, pela relação entre comunicação comunitária, comunicação pública e educomunicação³, segundo Oliveira e Matos (2016); Batista e Menezes (2016); Deliberador e Lopes (2015); Nishiyama (2015); Alves et al. (2015); Deliberador (2012) e Peruzzo (2000; 2007; 2013). No interesse específico da relação entre comunicação comunitária e mídia-educação, aponta que, apesar dos diferentes objetivos, metodologias e denominações adotadas, as pesquisas realizadas nessa área convergem no interesse de envolver senso crítico e ampliação do exercício da cidadania por meio de ações práticas com as mídias e tecnologias, atividades que se configuram em uma mudança do pensamento coletivo e comunicativo de uma comunidade.

Para que tais mudanças possam ser alcançadas, Peruzzo (2007) aponta para a necessidade do que ela apresenta como uma preparação – técnica e tecnológica – para que os sujeitos possam exercer a comunicação comunitária de modo cidadão. Para a autora

Há, portanto, a necessidade de se adquirir competências, o que agrega a noção do direito ao acesso ao conhecimento técnico e especializado em comunicação. Infere-se que o direito à comunicação se vincula à educação formal, não-formal e informal, numa clara demonstração de como os direitos se entrelaçam. (p. 17).

² Esse recorte temporal enfatiza o período em que as tecnologias digitais, sobretudo as móveis como os *smatphones*, tiveram maior inserção no país de acordo com o levantamento do Comitê Gestor da Internet (2016). Ressaltamos que delimitar as pesquisas nesse intervalo não significa desprezar o acervo histórico composto por conceitos, conteúdos e métodos anteriores a esse período. Ao contrário, buscaremos nesse projeto associá-los aos novos problemas e demandas da atualidade.

³ Apesar de optarmos pelo conceito de mídia-educação, reconhecemos a variedade de concepções que nomeiam e normatizam os estudos inseridos na interação da educação com a comunicação e compreendemos que tais abordagens convergem em um mesmo interesse: propor uma formação crítica, criativa e participativa na relação de crianças e adolescentes com as mídias e tecnologias.

Destacamos que os trabalhos que se situam no interesse da mídia-educação ligado à comunicação comunitária estão, em sua maioria, igualmente situados no campo da comunicação. Ao se proporem pensar a educação para a cidadania em seu entrelaçamento com as mídias a partir desse “lugar de fala”, percebemos nas pesquisas consultadas que, apesar de assumirem a necessidade do desenvolvimento de competências, elas não se debruçam propriamente nesse tema. Nesse sentido, abordar o desenvolvimento das competências necessárias para ser, estar e atuar de forma participativa e cidadã no cenário digital surge, ao nosso ver, como uma possibilidade ainda a ser desenvolvida no interesse científico da comunicação.

Nesse caminho, pesquisadores situados nessa interface a partir do campo da educação, como Buckingham (2016); Livingstone e Sefton-Green (2016); Hobbs (2016); Rivoltella (2013); Rojo (2013); Gee e Hayes (2012) e Cope e Kalantzis, (2000), entre outros, defendem que propor a cidadania digital passa pela necessidade de se considerar os múltiplos letramentos na busca por situar as competências que possam ampliar a participação nesse cenário reticular. Para Hobbs (2016), o movimento atual entre os diversos focos que se debruçam na questão do ensino e da aprendizagem permeados pelas mídias e tecnologias, e em busca de uma formação cidadã, é o de convergência, situando os letramentos como ponto de encontro.

Como demarca Hobbs (2016), embora o letramento ainda esteja historicamente associado à capacidade de leitura, escrita e ao domínio técnico da palavra, sua definição mais atual e abrangente diz respeito não somente a apropriação do código, mas à capacidade de manipular os sistemas de símbolos culturalmente disponíveis, de maneira a construir e compartilhar ideias, experiências, saberes e significados, nas diversas plataformas e canais de comunicação.

Nesse sentido, perspectivas como a *trasmídia literacy*, segundo Scolari (2016), as *multiliteracies*, conforme *New London Group* (1996); Cope e Kalantzis (2000); Hobbs (2016); as *new literacies*, segundo Lankshear e Knobel (2011); a *new media literacy*, conforme Jenkins, (2009); a *digital literacy*, segundo Hobbs (2016) e *media and information literacy*, segundo Leaning (2017), entre outras – apesar dos esforços e empenhos específicos, possuem em comum a estruturação complexa que assume o letramento como prática social que conecta sujeitos e entrelaça tecnologias. Concepções e autores que, em sua maioria, se pautam na perspectiva freireana da educação como comunicação e diálogo, como em Freire (2011), possibilidade de transformação da realidade social e pautada em processos de humanização das relações entre os sujeitos. Com essa base, também é importante ressaltar que essa pluralidade conceitual se

desenvolve, para Hobbs (2016), para além dos meios e tecnologias, centrando-se na natureza social do letramento e de seus diversos significados nas diferentes culturas e sociedades.

Como foi debatido na conferência da *International Association for Media e Communication Research*, de 2017 (IAMCR)⁴, a multiplicidade de concepções demonstra a abertura dos esforços mídia-educativos voltados a uma nova concepção, não só de letramento, mas de ensino-aprendizagem e mesmo de educação na Era Digital. Ao assumir uma perspectiva multidisciplinar na busca por respostas às mudanças de produção e consumo dos meios de comunicação, essa mesma pluralidade pode se configurar tanto em potencialidades quanto em desafios para se traçar um caminho comum no fomento de competências que se apoiem no desenvolvimento da cidadania crítica. Nesse sentido, (re)pensar a mídia-educação passa pela (re)configuração do entendimento das competências no panorama comunicativo e educativo contemporâneo.

(Re)Configurar a competência midiática no âmbito da mídia-educação: uma abordagem colaborativa e cidadã

No cenário contemporâneo, a mídia-educação se destaca pelo interesse em propor o desenvolvimento de competências em circunstâncias concretas, ou seja, vinculadas – mas não determinadas – ao ambiente social, cultural e tecnológico do qual os sujeitos são parte. Tendo em conta seu caráter aplicado, prático-reflexivo e, principalmente situado, conforme Rivoltella (2013) e Fantin (2006), a mídia-educação nos auxilia a ultrapassar o determinismo tecnológico e o caráter individualizante para promover a competência midiática por meio de uma abordagem colaborativa tal como esclarece Amor Pérez e Delgado (2017); Borges e Sigiliano, (2017); Aguaded (2017); Miranda e Fantin (2017) e Ferrés e Piscitelli (2015).

De modo geral, os estudos que se debruçam no interesse das competências necessárias à cidadania digital apresentam seu foco delimitado em temas como: a) as práticas midiáticas que ocorrem nas/pelas redes, conforme Jenkins et al. (2016); Livingstone e Sefton-Green (2016); Gee e Hayes (2012); Jenkins (2009) e Gee (2007); b) a governança, as políticas e os direitos na internet, segundo Livingstone, Carr e Byrne (2015); Preto e Bonilla (2015); Wallis e Buckingham (2013); c) a formação para a cidadania por meio do desenvolvimento de

⁴ O evento pode ser acessado em: <<http://cartagena2017.iamcr.org/pre-conferences/global-shifts-in-media-education-where-are-we-now/?lang=es>>.

competências, de acordo com Hobbs (2016) Rivoltella (2013); Buckingham (2016); Fantin (2012) e Bévort e Belloni (2009) – foco da nossa pesquisa.

Sobretudo no contexto europeu, a busca pela formação para o cenário digital por meio do desenvolvimento de competências tem sido amparado no conceito de *competência digital*, que vem sendo discutido desde o início dos anos 2000. Esse debate foi consolidado no Quadro Europeu de Competência Digital para os Cidadãos – DigComp, conforme Ferrari (2013) que, recentemente, recebeu atualizações denominadas como DigComp 2.0 e 2.1, segundo Vuorikari et al. (2016); Carrero Gomez, Vuorikari e Punie (2017). Caracterizado como um roteiro, o DigComp⁵ aponta a competência digital como uma competência essencial para a participação dos sujeitos em uma sociedade digitalizada. Cabe ressaltar que, como apontam Pérez Gómez (2008, 2015) e Sacristán (2008), a ideia de competência digital a ideia de competência digital proposta no DigComp vem imbuída de uma compreensão individualista da competência que busca uma associação direta e voltada para o aprimoramento do trabalhador, uma crítica recorrente de estudiosos naquele contexto.

Seguindo a mesma crítica, no panorama brasileiro o debate sobre as competências pode ser brevemente distinguido em duas esferas. Em uma parte, estão as diretrizes e políticas que, a partir da reforma educacional por meio da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei 9394/96) adotaram, segundo Deluiz (2001), como base de programas e planos o modelo de competências. Em outra está a crítica a esse modelo, que considera a formação por competências permeada por interesse “convertidos em meios para uma, cada vez maior, adaptação passiva dos indivíduos às exigências do capital” (MARTINS, 2004, p. 54). Nesse sentido, para Alves et al. (2012); Duarte (2004); Martins (2004) e Deluiz (2001), a consideração sobre a adoção do termo vem associada à ênfase na dupla interpretação que esse conceito admite na relação entre empregabilidade e educação – preocupação genuína por se tratar de uma concepção advinda do contexto empresarial.

Apesar de parecerem contraditórios, ambos são domínios complementares de um mesmo discurso que demarca – sob uma perspectiva histórica – a competência como um conceito que serviu, no Brasil, segundo Sácristan (2008), de guia para todo o sistema educacional, e continua servindo, no cenário europeu, como um conjunto de destrezas mecânicas e individualistas. Como relatam Sacristán (2008) e Alves et al. (2012), a perspectiva

⁵ As alterações do DigComp 2.0 e 2.1 em relação ao quadro conceitual anterior dizem respeito, principalmente, ao vocabulário utilizado na designação das áreas de competência, na designação das competências e na sua descrição em exemplos.

de competência na qual o sujeito que aprende é considerado como um consumidor, sobretudo, de conhecimentos que o qualifiquem para o mercado de trabalho, ainda é comum e vem pautando os trabalhos, as pesquisas e políticas públicas tanto no cenário europeu como no Brasil.

Em meio ao impasse sobre o conceito de competência consideramos que, ao adotarmos a competência midiática na perspectiva da mídia-educação e em busca da cidadania digital, incidimos em uma oportunidade. Nesse sentido, atentamos que as discussões sobre as competências no Brasil, sob a ótica da mídia-educação, podem possibilitar um debate amplo e participativo, tal como ocorreu com as discussões relacionados, por exemplo, ao Marco Civil da Internet⁶. Para Pretto e Bonilla (2015) o fomento à discussão é uma das importantes funções da educação na busca por uma formação crítica e cidadã no cenário digital. Para tanto, reconhecemos que é no abandono do caráter individualizante, que pautam algumas propostas voltadas para a educação mecanicista, que o conceito de competência midiática se amplia.

No interesse da cidadania digital e no âmbito da mídia-educação, a competência midiática é compreendida como um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes que ultrapassam o saber usar as tecnologias. É preciso que esse fazer ocorra de maneira colaborativa, segundo Miranda (2016) e Jenkis (2009), em propostas pautadas pelo compartilhamento das experiências prévias e das descobertas, pela resolução de problemas complexos, pela negociação de soluções e pela reflexão sobre as consequências no contextos de ação, tal como ocorre em diversos cenários da cultura digital. Com essa base, conforme Amor Pérez e Delgado (2017) e Miranda e Fantin (2017), a competência midiática se configura como um conjunto de outras competências que culmina em uma convergência terminológica, que envolve as competências audiovisual, digital e informacional, social e relacional.

Assim, ao nos focarmos nas dimensões da competência midiática, estamos empreendendo um esforço não só de considerá-la como um conjunto de outras competências, mas de tomá-la sob uma perspectiva interacional em contraposição à perspectiva individualizante que está na gênese da construção desse conceito, principalmente, no país. Para tanto, conforme Buckingham (2016); Hobbs (2016) e Livingstone e Sefton-Green (2016), compreendemos que esse reconhecimento vem acoplado à ampliação dos conceitos de

⁶ Com o foco na consolidação de uma legislação própria para a rede e para o fomento da democracia participativa, o Marco Civil não estabeleceu um quadro teórico necessário para a indicação do desenvolvimento de competências específicas para a atuação cidadã para além do âmbito da internet. Assim, apesar de já possuímos um padrão legislativo e político para o uso da rede, acreditamos que ainda falta um marco conceitual, que nos auxilie a definir e ilustrar as competências necessárias para atuar, interagir e comunicar de modo cidadão, não só na internet, mas nos diversos âmbitos da vida cotidiana atravessada pelas tecnologias e mídias digitais.

aprendizagem e letramento, bem como da importância das múltiplas linguagens, da multimodalidade dos textos e da multissensorialidade das tecnologias no desenvolvimento das, também múltiplas, capacidades de leitura e escrita no cenário contemporâneo. Compreendemos que essa é uma perspectiva essencial no interesse da comunicação organizacional comunitária, popular e alternativa.

Algumas considerações e novas perspectivas

Para a reflexão final, trazemos dois textos que problematizam sobre a necessidade, ou a emergência, de se adotar a perspectiva dos letramentos midiáticos (*media literacy*) no cenário digital na busca pela concepção digital da cidadania. Como um questionamento *sobre e para* o cenário europeu que, como demonstramos, vem desprendendo esforços na aplicação de um quadro europeu de referência na busca por uma cidadania ativa e plena, como o DigComp segundo Ferrari (2013), os autores propõem problematizar os possíveis impactos do letramento midiático sobre as práticas de cidadania, e suas reais necessidades.

No primeiro texto, Lopes (2015) buscou avaliar se há uma relação garantida entre o nível de literacia midiática dos sujeitos e as suas práticas cidadãs cotidianas. Com base em uma estratégia metodológica quantitativa-extensiva, a pesquisadora buscou avaliar as práticas e as competências de 500 estudantes adultos, da educação de jovens e adultos, de cursos de licenciatura e mestrado da Grande Lisboa, no ano de 2011-2012. Os resultados demonstraram que, no âmbito das práticas de cidadania, há uma baixa propensão para a integração política, profissional, social ou cívica e pouca disposição para a (auto)mobilização política e cívica. Com isso, o estudo de Lopes (2015) conclui que não é possível apontar uma relação, direta e significativa, entre os conhecimentos e atitudes e as práticas de cidadania, mesmo em contextos nos quais são propostas ações de letramento midiático.

No segundo texto, de Buckingham (2012), intitulado *Precisamos realmente de educação para os meios?*, o pesquisador britânico se questiona se é realmente imprescindível que a era da 'Mídia 2.0' também requeira a 'Educação para os Meios 2.0?'. Com essa pergunta, o autor examina a necessidade de se assumir uma postura crítica não só com as tecnologias, mas sobretudo em relação ao discurso de celebração da tecnologia como possibilidade de participação. Para Buckingham (2012), essa reflexão – que tem como base o cenário europeu e seus esforços de implementação de uma cidadania ativa – passa, entre outras, pela valorização da participação, vista como algo inerentemente positivo, democrático ou emancipador.

Em comum, os dois textos questionam o conceito de participação – política e social – e as possibilidades de uma cidadania ativa que o cenário digital traria como consequência da “amplo” acesso às mídias e tecnologias contemporâneas, ideia cara a algumas interpretações dos preceitos de cultura da convergência e da participação, como para Jenkins (2009). Como aponta Buckingham (2012), a relação direta entre as novas mídias e as supostas oportunidades de comunicação comunitária crítica, criativa e colaborativa de produção de conteúdos devem sempre ser questionadas, uma vez que dependem de variáveis socioculturais. Já Lopes (2015) chama a atenção para a perigo de tomar o conceito de cidadania como “uma espécie de rótulo” (p. 548). Para a autora, ultrapassar o uso padronizado e vazio do termo passa pela necessária consideração das diversas representações sociais de cidadania.

Trazendo a discussão para o nosso contexto, consideramos ser necessário, antes de propor a intervenção, demarcar a dinamicidade de conceitos em constante evolução diante de um cenário interacional complexo, o que nos levou a duas considerações. A primeira diz respeito à (re)conceitualização da cidadania com o foco na competência midiática e com base na mídia-educação. Isso implica, na proposta da pesquisa apresentada nesse artigo, na busca por novos significados da comunicação como um todo, e da comunicação organizacional e comunitária, de modo específico e ligado ao contexto da ação, nesse caso a comunidade da Cidade Estrutural.

A segunda está relacionada à necessidade de identificar e definir as formas de fomento e mobilização da competência midiática de pessoas que atuam no âmbito da comunicação organizacional comunitária, considerando-o um contexto informal de aprendizagens. Diante dessas duas demandas, compreendemos que a pesquisa não pode se restringir a produzir um inventário quantificado das habilidades midiáticas dos sujeitos participantes. Assim, embora ainda não esteja concluída, a reflexão teórico-metodológica apresentada neste artigo já sugere, pelo menos inicialmente, novas questões que podem auxiliar na construção de uma concepção de cidadania digital mais situada.

Como apresenta Bustamante (2010), é preciso assumir que a busca pela cidadania digital se configura em processos mais profundos que, por sua vez, se pautam na socialização dos métodos de inovação, na democratização dos meios de comunicação e na consideração das práticas em rede em uma configuração ecossistêmicas e amparada pelo *procomun*. Isso significa considerar um ambiente digital que se pauta pelo interesse comum e buscam a transformação. “A adoção de práticas de *procomun* na rede transforma tanto os que as adotam como o meio utilizado e o conteúdo da rede. Nada fica como antes.” (BUSTAMANTE, 2010, p. 33). Nesse

sentido, é preciso que as propostas mídia-educativas tenham como horizonte as características socioculturais e comunicativas das diversas sociedades contemporâneas construindo, para tanto, artifícios tão sensíveis quanto singulares.

Referências

- AGUADED, Ignacio Comunicação e educação: paradigmas para a integração. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMPETÊNCIA MIDIÁTICA (CICOM), 2., 2017, Juiz de Fora. **Cadernos de resumos**. Juiz de Fora: UFJF, 2017.
- ALVES, Clara Sitó; WITT, Aline; SOUZA; Gabriele Wagner de; BRIGNOL, Liliane Dutra. Ecolândia nas escolas: jornalismo comunitário e educomunicação na produção radiofônica por alunos do ensino fundamental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, São Paulo. **Anais....** São Paulo, 2015.
- AMOR PÉREZ, Maria; DELGADO, Águeda Da competência digital e audiovisual à competência midiática: dimensões e indicadores. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2017. Disponível em: < <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/718/496>>. Acesso em: 1 jul. 2017.
- ALVES, João Paulo da Conceição; ARAÚJO, Ronaldo Marcos Lima; LIMA, Francisco Willams Campos. A noção das competências e sua materialidade no contexto educacional brasileiro: entre um discurso atrofiado e sua plena efetividade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO COMPARADA. SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO COMPARADA (SEBEC), 5. 2012, Belém. [**Anais...**]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab26.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.
- BATISTA, Elaine Barreto; MENEZES, Regina Tavares de. As inter-relações do conceito educomunicação e a comunicação comunitária: um caminho para novas práticas educativas e cidadãs. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo, 2016. **Anais...** São Paulo, 2016.
- BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: contextos, histórias e interrogações. In: FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (orgs.). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papius, 2012. p. 31-56.
- BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, dec. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000400008>.
- BORGES, Gabriela; SIGILIANO, Daiana. Competências Midiáticas e Social TV. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMPETÊNCIA MIDIÁTICA (CICOM), 2, 2017, Juiz de Fora. **Cadernos de resumo**. Juiz de Fora: UFJF, 2017.
- BUCKINGHAM, David. A evolução da educação midiática no Reino Unido: algumas lições da história. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 73-83, maio 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v21i1p73-83>.
- BUCKINGHAM, David; FEDOROV, Alexander. Is media literacy still one of the priorities for policy makers? **Communication Today**, v. 7, n.2 (Interview), 2016.

- BUCKINGHAM, David. Precisamos Realmente de Educação Para os Meios? **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 41-60, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/73536/77235>>. Acesso em: 31 out. 2016.
- BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In: SILVA, Sérgio Amadeu da (Org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. p. 11-36.
- CARRERO GOMEZ Stephanie; VUORIKARI, Riina; PUNIE, Yves. **DigComp 2.1: the digital competence framework for citizens with eight proficiency levels and examples of use**. Luxembourg: Publication Office of the European Union, 2017. Doi: 10.2760/38842.
- COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **Multiliteracies: literacy and the design of social futures**. Lancaster: Routledge, 2000.
- DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita; LOPES, Mariana Ferreira. A educação para cidadania em experiências de mídia-educação na perspectiva da Comunicação Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, São Paulo, 2015. **Anais...** São Paulo, 2015.
- DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita. Comunicação comunitária, mídia-educação e cidadania. In: FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (orgs.). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012. p. 283-308.
- DELUIZ, Neise. O Modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 13-25, set./dez. 2001.
- DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- FANTIN, Monica. **Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.
- FANTIN, Monica. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Revista Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- FANTIN, Monica. Mídia-educação no currículo e na formação inicial de professores. In FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (orgs.). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012, p. 57-94.
- FERRARI, Anusca. **Digcomp: a framework for developing and understanding digital competence in Europe**. Sevilla: Jrc-ipts, 2013.
- FERRÉS, Joan; PISCITELI, Alejandro. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/3EQnc6>>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GEE, James Paul. **What video games have to teach us about learning and literacy**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- GEE, James Paul; HAYES, Elisabeth. Nurturing Affinity Spaces and Game-Based Learning Games, Learning and Society. In: STEINKUEHLER, Constance Steinkuehler; SQUIRE, Kurt; BARAB Sasha (orgs.). **Learning and meaning in the digital age**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 129-153.

HOBBS, Renee. Literacy. **International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy** (1-11). New York: Wiley Blackwell, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/knQIqC>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

JENKINS, Henry; SHRESTHOVA, Sangita; GAMBER-THOMPSON, Liana; KLIGLER-VILENCHIK, Neta; ZIMMERMAN, Arely. **By any media necessary the new youth activism**. New York: University Press, 2016.

JENKINS, Henry. **Confronting the challenges of participatory culture: media education for the 21st Century**. 2009. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/free_download/9780262513623_Confronting_the_Challenges.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2011.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michelle. **Nuevos alfabetismos**. Su práctica cotidiana y el aprendizaje em el aula. Madrid: Ediciones Morata, 2011.

LEANING, Marcus. **Media and information literacy: an integrated approach for the 21st century**. Cambridge: Elsevier Science & Technology, 2017.

LIVINGSTONE, Sonia; SEFTON-GREEN, Julian. **The class living and learning in the digital age**. New York: New York University Press, 2016.

LIVINGSTONE, Sonia; CARR, John; BYRNE, Jasmina. **One in three: internet governance and children's rights**. Londres: Global Commission on Internet Governace Paper Series: Londres, 2015. GCIG Paper, n. 22.

LOPES, Paula Cristina. Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida? **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, v. 216, L (3.o), p. 546-580, 2015.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, Ligia Marta. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MIRANDA, Lyana Thédiga de; FANTIN, Monica. A perspectiva social das competências midiáticas: reflexões sobre participação e interação das crianças na escola. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMPETÊNCIA MIDIÁTICA, 2, 2017, Juiz de Fora. **Cadernos de resumo**. Juiz de Fora: UFJF, 2017.

MIRANDA, Lyana Thédiga de. **Saberes de ação, interação e comunicação: metodologia ativa e resolução colaborativa de problemas com crianças na escola**. 2016. 261 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174913?show=full>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

NISHIYAMA, Alexandra Fante. Comunicação comunitária e mídia-educação: áreas convergentes e distintas. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling; OTRE, Maria Alice Campagnoli (Orgs.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2015. p. 512-533.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. **Harvard Educational Review**, Massachusetts, v. 66, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.newliteracies.com.au/what-are-new-literacies?/138/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

OLIVEIRA, Maria José da Costa; MATOS Heloiza. Comunicação pública nas instituições de ensino: Debate e participação política na formação para a cidadania. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo, 2016. **Anais...** São Paulo, 2016.

PÉREZ GOMEZ, Ángel I. **Educação na Era Digital**. A escola educativa. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

PÉREZ GOMEZ, Ángel I. ¿Competencias o pensamiento práctico? La construcción de los significados de representación y de acción. In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Educación por competencias**, ¿que hay de nuevo? Madrid: Ediciones Morata, 2008. p. 59-102.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 89-107, jan./abr. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2013.1.13641>

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádio comunitária, educação e desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos Noroeste, Série Comunicação, v. 14, n. 1-2, p. 651-66, 2000. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1427/1358>>. Acesso em: 12 out. 2017

PRETTO, Nelson De Luca. **Reflexões: ativismo, redes sociais e educação**. Salvador: Edufba, 2013.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. O marco civil da internet: desafios para a educação. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; QUEIROZ, Maria Aparecida de; BARACHO, Maria das Graças. (Org.). **Assimetrias e desafios na produção do conhecimento em educação: a pós-graduação nas regiões Norte e Nordeste**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 145-166.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Fare didattica con gli EAS**. Episodi di Aprendizimento Situati. Brescia: La Scuola, 2013.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. Retrospectivas e tendências da pesquisa em Mídia-educação no contexto internacional. In: FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (Orgs.). **Cultura digital e escolar: pesquisa e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 57-94.

ROJO, Roxane. (Org.) **Multiletramentos e as TICs: escol@ conect@d@**. São Paulo: Parábola, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. (org.). **Educación por competencias**, ¿que hay de nuevo? Madrid: Ediciones Morata, 2008.

SCOLARI, Carlos. “¿Qué están haciendo los adolescentes con los medios fuera de la escuela?” **Red Latinoamericana de Portales Educativos**. <<http://www.relpe.org/alfabetismo-transmedia/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

SILVA, Luiza Monica de Assis. **A comunicação como moeda de troca? O papel da comunicação organizacional comunitária na promoção dos serviços financeiros solidários**. Projeto de Pesquisa FAP/DF, 2017.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VUORIKARI, Riina; PUNIE, Yves; CARRETERO GOMEZ Stephanie, VAN DEN BRANDE, Godelieve. **DigComp 2.0: the digital competence framework for citizens**. Update

Phase 1: the conceptual reference model. Luxembourg: Publication Office of the European Union, 2016.

WALLIS, Richard; BUCKINGHAM, David. Arming the citizen-consumer: the invention of “Media Literacy” Within UK Communications Policy. **European Journal of Communication**, v. 28, n. 5, 2013.

Lyana Virgínia Thédiga de Miranda – Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (LaboMídia)/ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis | SC | Brasil. E-mail: lyanathediga@gmail.com

Luiza Monica Assis da Silva – Universidade Católica de Brasília - UCB. Brasília | DF | Brasil. E-mail: luizamonica@uol.com.br

Recebido em: out. 2017.
Aprovado em: nov. 2017.